

## **CERTIDÃO CIRCUNSTANCIADA**

**Referência:** Notícia de Fato nº 01.2025.00035300-6

**Noticiante:** Walter Luis Baia de Lima

**Assunto:** Apuração de suposta conduta irregular de agente policial (Suposta venda de veículo apreendido).

**CERTIFICO**, para os devidos fins de direito, que revendo os autos da Notícia de Fato em epígrafe, tramitando nesta 1ª Promotoria de Justiça, verificou-se o seguinte histórico cronológico de tramitação e fatos relevantes:

### **1. DA INSTAURAÇÃO E FATOS INICIAIS (17/10/2025)**

O procedimento foi inaugurado a partir do comparecimento do Sr. **Walter Luis Baia de Lima** a esta Promotoria em 17/10/2025. O noticiante alegou que, aproximadamente seis meses antes, seu filho Ternison havia sido detido com sua motocicleta (Honda Bros) e o veículo apreendido. Afirmou ainda que, ao tentar recuperar o bem, foi informado que a moto era roubada e, meses depois, soube por terceiros que um Policial Civil de alcunha "Maurão" teria vendido a motocicleta para um indivíduo conhecido como "Barba Azul".

### **2. DAS DILIGÊNCIAS INICIAIS (17/10/2025 a 17/11/2025)**

- **17/10/2025:** O Promotor de Justiça, Dr. Bruno Alves Câmara, proferiu despacho instaurando a Notícia de Fato e determinando expedição de ofício ao Delegado de Polícia Civil, Dr. Wellington Kennedy, solicitando esclarecimentos no prazo de 10 dias.
- **21/10/2025:** Foi expedido e enviado por e-mail o **Ofício nº 1473/2025-MP/1ªPJMA** à autoridade policial.
- **04/11/2025:** Diante da ausência de resposta, o Promotor de Justiça em substituição, Dr. Matheus Ravi Rodrigues da Silva, expediu o **Ofício nº 1543/2025-MP/1ªPJMA**, reiterando a solicitação.
- **17/11/2025:** Foi certificado nos autos que o prazo transcorreu *in albis* (sem resposta) por parte da autoridade policial.

### **3. DO ENCAMINHAMENTO AOS ÓRGÃOS CORRECIONAIS (02/12/2025)**

Diante da inércia da Delegacia local, a Promotora de Justiça, Dra. Mayanna de Araújo Santiago, despachou em 02/12/2025 determinando a extração de cópias e remessa à **Corregedoria Geral da Polícia Civil** e à **DECRIF** (Diretoria Estadual de Combate a Crimes Funcionais) para apurar tanto a conduta do Policial "Maurão" (suposta venda da moto), quanto a não resposta aos Ofícios Ministeriais.

Os ofícios correspondentes (nº 1747 e 1748/2025) foram protocolados em 09/12/2025.

#### **4. DO ESCLARECIMENTO DOS FATOS E JUNTADA DE DOCUMENTOS (Dezembro/2025 – Janeiro/2026)**

Posteriormente, foram acostados aos autos documentos provenientes da Delegacia de Polícia e do Poder Judiciário (Processo nº 0802540-51.2025.8.14.0032 - TCO) que esclareceram a realidade dos fatos, contradizendo a versão do noticiante:

- **Apreensão Real:**

A motocicleta foi apreendida em **29/04/2023** (e não 6 meses antes da denúncia de 2025), conduzida por Terrison Irlei da Silva Santos, por embriaguez ao volante.

- **Adulteração Comprovada:**

O Laudo Pericial nº 2023.04.000523-VRO, datado de junho de 2023, constatou que a motocicleta (placa NOM-2070) possuía **chassi e motor adulterados**.

- **Restituição Legal:**

O veículo não foi vendido ilegalmente. Ele foi restituído formalmente mediante **Auto de Entrega em 06/10/2023** ao Sr. Renato Baia Albarado, procurador legal do verdadeiro proprietário, o Sr. Francisco Lopes da Silva (do Estado do Amazonas).

- **Crime de Calúnia:**

Em razão da falsa comunicação feita ao Ministério Público pelo Sr. Walter Luis Baia de Lima, a Polícia Civil lavrou contra ele um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por Calúnia (art. 138 CP) e Denúncia Caluniosa, autuado em 12/11/2025.

#### **5. DA CONCLUSÃO E ARQUIVAMENTO**

Considerando que a instrução comprovou a inexistência de peculato ou venda ilegal por parte dos policiais, e que o veículo foi regularmente periciado e devolvido ao legítimo proprietário, o feito foi saneado. Foi proferido **Despacho de Arquivamento**, fundamentado no art. 17, inciso I, da Resolução nº 12/2024-CPJ-MPPA, dada a perda de objeto e a comprovação da improcedência da notícia de ilícito.

O referido é verdade e consta nos registros do sistema ministerial SAJ.

Monte Alegre/PA, 14 de janeiro de 2026.

**IGOR ALESSANDRO NOBRE COSTA**

Assessor Ministerial

Matrícula 9992819 MPPA

1ª PJ de Monte Alegre